



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

OF/PMVA/GP/ N°402/2023.

Em,18 de dezembro de 2022.

EXCELENTÍSSIMA SRA. ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA-ES

NESTA

Respeitosamente, cumprimentando-o, encaminhamos para apreciação desta Colenda Câmara o Projeto de Lei que “**CONCEDE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA E AUTARQUIAS**”, solicitando a sua tramitação em regime de **urgência**, nos termos do art. 52, da Lei orgânica. De igual modo, seja **CONVOCADA uma Sessão Extraordinária** a fim de colocar o tema para votação, nos termos do art. 26, II, também, da Lei Orgânica do Município.

Elevamos protesto de estima e consideração, bem como nos colocamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente;

Assinado digitalmente
por ELIESER
RABELLO:75650193720
Data: 2023.12.18
14:53:16 -0300

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900

CEP: 29295-000

CNPJ 31.723.570/0001-33



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003800300038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI Nº 59 /2023.

CONCEDE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA E AUTARQUIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal e as Autarquias a possibilidade de concessão de uma Bonificação Extraordinária aos servidores em reconhecimento e valorização dos serviços prestados ao município durante o ano de 2023.

Art. 2º A bonificação extraordinária de que trata esta lei abrangerá os servidores investidos em cargos efetivos, comissionados, admitidos por contratos temporários, estagiários ou celetistas e conselheiros tutelares que, cumulativamente:

- I – estiveram em exercício de seus respectivos cargos, empregos ou funções públicas, no âmbito das secretarias, por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, durante o ano de 2023 e que estejam ativos; e
- II – não tenham se ausentado, durante o período previsto no inciso I, em razão de:
 - a) faltas injustificadas;
 - b) licenças sem vencimentos;
 - c) cessão para órgãos externos ao Poder Executivo;
 - d) penalidade disciplinar prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e
 - e) prisão, mediante sentença transitada em julgado.

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900

CEP: 29295-000

CNPJ 31.723.570/0001-33



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003800300038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Art. 3º O valor da bonificação extraordinária concedida por esta lei será de R\$500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo único. A bonificação extraordinária será creditada, para os servidores com vínculo ativo na data da publicação desta lei, na folha de pagamentos.

Art. 4º A bonificação extraordinária não integrará os vencimentos para efeito de concessão de vantagens pessoais e fixação de proventos e não será incorporável à remuneração, a qualquer título.

Parágrafo único. Sobre o valor da bonificação extraordinária não incidirá descontos e vantagens pessoais, exceto se a legislação em vigor assim o determinar.

Art. 5º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará *jus* à percepção de uma única bonificação extraordinária.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento, ficando autorizada a abertura de créditos adicionais, se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 18 de dezembro de 2022.

Assinado digitalmente
por ELIESER
RABELLO:75650193720
Data: 2023.12.18
14:53:22 -0300

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900

CEP: 29295-000

CNPJ 31.723.570/0001-33



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003800300038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

MENSAGEM

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES.

Encaminhamos à Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos ilustres Pares na Câmara Municipal, o apenso Projeto de Lei que “**CONCEDE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA E AUTARQUIAS**”.

O Projeto de Lei tem por objetivo a concessão de abono aos servidores municipais em reconhecimento aos serviços que foram prestados durante o ano de 2023.

Salienta-se que o pagamento de abono para servidores públicos não encontra óbice constitucional, uma vez que concedido em caráter eventual, configurando-se espécie de incentivo à categoria, que não está relacionada a nenhuma hipótese de incidência específica.

Em observação às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal encaminho, em anexo, documentos financeiros-orçamentários.

Salienta-se, ainda, que a apuração de que despesa corrente supera o percentual de 85%, não conduz, automaticamente, a impossibilidade da concessão de bonificação. Nesses casos, o chefe do poder executivo já pode implementar as medidas previstas nos incisos I a X do art. 167-A da CF/88. Entretanto, trata-se de discricionariedade/faculdade do gestor dentro de seu planejamento orçamentário.

Diante do exposto, Senhor Presidente, submetemos o presente Projeto de Lei à consideração de Vossa Excelência e nobres Edis, esperando que o mesmo venha a merecer uma acolhida favorável, em virtude de ser um projeto de relevante interesse público, **solicitando sua tramitação nos termos do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal, e CONVOCAÇÃO de uma Sessão Extraordinária a fim de colocar o tema para votação, a teor do Art. 26, II, do mesmo diploma legal, já que o pagamento deve se dar até o encerramento do exercício financeiro.**

Reiteramos, na oportunidade, a Vossa Excelência e a seus Pares, os nossos protestos de estima e consideração.

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900

CEP: 29295-000

CNPJ 31.723.570/0001-33



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003800300038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Vargem Alta-ES, 18 de dezembro de 2022.

Assinado digitalmente
por ELIESER
RABELLO:75650193720
Data: 2023.12.18
14:53:29 -0300

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900

CEP: 29295-000

CNPJ 31.723.570/0001-33



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003800300038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1
OK

INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO	
ORIGEM: GABINETE DO PREFEITO PROT. 7373/2023	
PREVISÃO DE DESPESAS	
DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL R\$
CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA – 2023	
VALOR BASE DE CÁLCULO (VALOR UNITARIO: R\$ 500,00 TOTAL DE SERVIDORES (993)	409.500,00

LC 010/2003
Art 36.

Vargem Alta, 14 de dezembro de 2023.

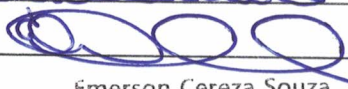

Claudia dos Santos Mattos
Gerente de Recursos Humanos
PMVA



PROCESSO: 7373/23

FOLHA: 05

RUBRICA: 

14/12/2023 - A Contabilidade para
prosseguimento 

Emerson Cereza Souza
Secretário Municipal de Finanças
Decreto nº 4716/2022



18/12/2023 – Ao Secretário de Finanças, segue processo nº 7373/2023, REFERENTE **MEM Nº 085/GP/PMVA/2023**, DO GABINETE DO PREFEITO, CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA – 2023, NO VALOR INDIVIDUAL DE R\$ 500,00 REAIS PARA 993 SERVIDORES, **(LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2003)**.



Paulo Sérgio Sartori de Oliveira
Contador CRC-ES 009056/O-7

RECEBEMOS EM

18 / 12 / 2023



PMVA / PGM



07

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO Nº 043/2023
(Artigo 16, inciso I da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000)

ANEXO - I

DISPÕE SOBRE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 16 e 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, REFERENTE **PROCESSO Nº 7373/2023, MEM Nº 085/GP/PMVA/2023**, DO GABINETE DO PREFEITO, CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA – 2023, NO VALOR INDIVIDUAL DE R\$ 500,00 REAIS PARA 993 SERVIDORES, (**LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2003**).

CONSIDERANDO que os atos governamentais que acarrete no aumento de despesa deverão acompanhar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam o art. 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERADO o disposto no artigo 17, *caput* do referido diploma fiscal, o qual conceitua a despesa de caráter continuado cuja execução ultrapassa dois exercícios financeiros;

CONSIDERANDO, ainda, que além do impacto orçamentário e financeiro, o ato que criar despesa de caráter continuado, assim definida, deverá demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio, como preceitua o artigo 17, §1º da LRF;

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias;

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas da unidade gestora;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CONSIDERANDO o disposto no artigo 169 da Constituição Federal que impõe a observância dos limites e percentuais de gasto com o pessoal pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

CONSIDERANDO que o município de Vargem Alta, atualmente, está com o limite de gasto com pessoal em **43,50%**, abaixo, portanto, do limite prudencial estabelecido na legislação que é de 51,30%.

O presente relatório de impacto orçamentário e financeiro visa atender o disposto na Constituição Federal, art. 169 e na Lei Complementar nº 101/00, artigos 16 e 17, no que se refere à expansão, criação, aperfeiçoamento de ação que acarrete aumento de despesa, bem como as despesas decorrentes de lei que fixe para o ente um caráter contínuo e obrigatório, respectivamente.

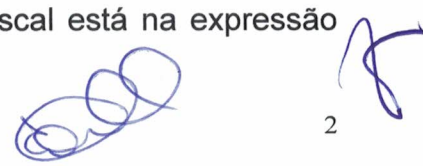
Primeiramente, necessário consignar que os valores auferidos foram encaminhados pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Vargem Alta.

Os valores propostos compreendem o pagamento de doze parcelas de salário com as verbas que o integra, décimo-terceiro salário, adicional de férias, encargos, contratos de terceirização de pessoal, dentre outras despesas de pessoal, cuja previsão foi calculada com base no atual quadro de servidores do município de Vargem Alta/ES.

O custo patronal para os cargos efetivos, contribuição obrigatória para o RPPS, está estimado em 19,88% e o custo suplementar 22,70%.

Com base nos valores informados pelo setor de Recursos Humanos, estima-se que as alterações propostas irão gerar um acréscimo anual na folha de pagamento de aproximadamente **R\$ 409.500,00 (quatrocentos e nove mil e quinhentos reais)** calculados com base no salário mensal de **novembro de 2023** de cada cargo (efetivo, comissionado e agentes políticos) existente na estrutura.

A correta interpretação do Art.16 da Lei de Responsabilidade Fiscal está na expressão aumento de despesa disposta no seu *caput* – *in verbis*:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Art.16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento de despesa será acompanhada de:

I- Estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes;

II- Declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Desta forma, para o **Exercício financeiro de 2023**, estima-se uma despesa total com pessoal e encargos sociais de **R\$ 42.884.670,08 (quarenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta reais e oito centavos)**, já considerando o acréscimo de **R\$ 409.500,00 (quatrocentos e nove mil e quinhentos reais)**, referente ao reajuste salarial proposto, que com base em uma receita corrente líquida arrecadada nos últimos doze meses de **R\$ 97.500.309,23 (noventa e sete milhões, quinhentos mil, trezentos e nove reais e vinte e três centavos)** a prospecção do gasto com pessoal será de **43,98%**. Limite este inferior ao prudencial estabelecido no art. 22 da LRF que é de 51,30%, e ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60%, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Ressalta-se, ainda, que os cálculos efetuados para 2023 levaram em consideração única e exclusivamente a previsão de gasto com pessoal para 2023 e o reajuste do percentual de gratificação do quadro de funcionários efetivo do município que vier exercer cargo em comissão, não sendo objeto da presente proposição qualquer tipo de elevação do gasto com pessoal acima dos valores previstos na proposta Orçamentária de 2023.

Para o Exercício de 2024, a estimativa é de que a receita corrente líquida atinja o montante de R\$ 100.221.322,79 e o gasto estimado com pessoal, calculado com base na estrutura de gastos prevista na proposta Orçamentária de 2023, poderá atingir o montante de R\$ 48.919.888,20 resultando em um percentual de gasto com pessoal para o ano de **2024 de 48,81%**, inferior ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% mas superior ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Para o Exercício de 2025, a estimativa é de que a receita corrente líquida atinja o montante de R\$ 105.713.451,28 e o gasto estimado com pessoal, calculado com base na estrutura de gastos prevista na proposta Orçamentária de 2023, poderá atingir o montante de R\$ 50.754.384,01 resultando em um percentual de gasto com pessoal para 2025 de 48,01%, inferior ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF. conforme demonstrado a seguir:

CALCULO E ESTIMATIVA DOS LIMITES LEGAIS			
ANO	RCL	GASTO COM PESSOAL	%
2023	97.500.309,23	42.884.670,08	43,98
2024	100.221.322,79	48.919.888,20	48,81
2025	105.713.451,28	50.754.384,01	48,01

Salienta que, em todas as projeções foi considerado uma evolução conservadora da receita corrente líquida, objetivando garantir ao executivo municipal o cumprimento dos limites máximos de gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, além de um crescimento conservador da folha de pagamento, bem como o que dispõe o artigo 17 da referida Lei.

No que diz respeito à receita corrente líquida, há de se considerar que, por força do Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, existem valores significativos arrecadados pelo município que não poderá ser utilizado para pagamento da folha de pessoal do executivo municipal, gerando em tese, um descompasso financeiro para o município quitar as obrigações decorrentes da folha de pagamento.

A título de exemplo, demonstra a seguir alguns dos valores arrecadados pelo município, que fazem parte da RCL-Receita Corrente Líquida, e que não podem ser utilizados para pagamento de pessoal:

VALORES INTEGRANTES DA RCL IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DE PESSOAL	
Descrição	

R

[Handwritten signature]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



Contribuição para o Custeio do Serv. de Iluminação Pública
Remuneração Depósito Bancário Recursos Vinculados
Remuneração dos Investimentos RPPS do Servidor
Royalties Federal
Transferências do FNDE
CIDE-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Royalties Estadual
Transferência Convênio de Custeio
Transferência Convênio Transporte Escolar

Portanto, além das projeções de gasto com pessoal, calculada com base na previsão de arrecadação para o Exercício de 2023, comportar a despesa de caráter continuado que é o reajuste salarial proposto, importante que o gestor leve em consideração as receitas vinculadas apresentadas anteriormente, pois apesar de fazerem parte da RCL-Receita Corrente Líquida do Município, as mesmas não poderão ser utilizadas para quitação da folha de pagamento.

Dessa forma, as receitas mencionadas anteriormente integram a base de cálculo da receita corrente líquida e não pode ser utilizada para pagamento da folha de pessoal, devendo se atentar as projeções futuras de pagamento quando da execução do reajuste proposto, aplicando, se for o caso, de instrumentos próprios e legais para diminuir a despesa em um cenário de dificuldade financeira do Município.

O Município de Vargem Alta com alteração pretendida prevê índice de gasto com pessoal de **43,98%** em relação à Receita Corrente Líquida em **dezembro de 2023**, estando abaixo do limite Prudencial que é de 51,30% e do limite de alerta 48,60%, sendo possível, diante das projeções, o reajuste proposto. Com relação à previsão orçamentária de dotação para gasto com pessoal, os valores pleiteados encontram-se devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual de 2023.

Finalmente quanto às metas fiscais e as metas constantes do plano plurianual, pode-se afirmar que os valores objeto do estudo deste impacto não irão prejudicar diretamente as metas de resultados fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária da Prefeitura de Vargem Alta – ES, para o exercício de 2023, 2024 e 2025, devendo tão somente ser observado e avaliado o impacto financeiro das receitas com vinculação específica, que

 5 



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

apesar de integrar a receita corrente líquida, utilizada como base de cálculo de apuração do gasto com pessoal, não podem ser utilizados para efetuar a despesa.

Ademais, os próprios instrumentos de peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) direcionam o gestor a adotar medidas saneadoras em caso de diminuição da receita, todavia o cenário de arrecadação, a projeção de arrecadação e demais viabilidades legais favorecem e permitem a prática do ato para promover o reajuste salarial dos servidores no patamar estabelecido.

Vargem Alta/ES, 18 de dezembro de 2023.



Emerson Cereza Souza
Secretário Municipal de Finanças



Paulo Sérgio Sartori de Oliveira
Contador Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

ANEXO - II

Na qualidade de Prefeito do Município de Vargem Alta/ES, DECLARO para os devidos fins, conforme disposto no artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101/200, que o objeto de levantamento de impacto orçamentário e financeiro, encontra-se em conformidade com a previsão de gasto com pessoal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023, por não ultrapassar o limite para emissão de alerta de gasto com pessoal estabelecido no art. 59 da LRF que é de 48,60%, além de não comprometer as ações previstas no Plano Plurianual e as metas e resultados fiscais do município.

Vargem Alta/ES, 18 de dezembro de 2023.


Elieser Rabello
Prefeito Municipal



Vargem Alta - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 11/2023

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DEZEMBRO 2022	JANEIRO 2023	FEVEREIRO 2023	MARÇO 2023	ABRIL 2023	MAIO 2023	JUNHO 2023	JULHO 2023	AGOSTO 2023	SETEMBRO 2023	OUTUBRO 2023	NOVEMBRO 2023	TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS (Últimos 12 Meses) (e)
	DESPESA COM PESSOAL (I)	5.190.881,68	3.706.664,84	3.597.399,43	3.751.997,23	3.822.670,02	4.013.874,56	3.919.326,90	3.934.659,07	3.968.511,63	3.953.014,15	3.979.616,06	5.565.513,83
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	4.783.673,64	3.282.561,74	3.166.824,02	3.299.022,33	3.369.759,34	3.552.723,30	3.449.322,81	3.462.961,14	3.482.018,60	3.457.654,48	3.483.706,39	4.587.810,73	43.378.039,52
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	407.208,04	424.103,10	430.575,41	452.974,90	452.910,68	461.151,26	470.003,09	471.697,93	486.493,03	495.359,67	495.909,67	977.703,10	6.026.089,88
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.005.070,94	463.685,10	456.156,83	493.645,98	532.818,54	568.194,00	518.544,84	513.257,76	546.997,41	517.100,31	540.065,34	993.826,00	7.149.373,05
Benefícios de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	29.441,23	39.582,00	25.381,42	40.671,08	79.907,86	107.042,74	48.541,75	41.569,83	60.504,38	21.740,64	44.155,67	16.122,90	554.861,50
Benefícios de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	22.801,54
Benefícios de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	568.421,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	568.421,67
Benefícios de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	405.307,92	422.202,98	428.675,29	451.074,78	451.010,56	459.251,14	468.102,97	469.797,81	484.592,91	493.459,55	494.009,55	975.802,98	6.003.288,44
DESPESA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.185.810,74	3.242.979,74	3.141.242,60	3.258.351,25	3.289.851,48	3.445.680,56	3.400.782,06	3.421.391,31	3.421.514,22	3.435.913,84	3.439.350,72	4.371.687,83	42.254.756,35

% S/A RCL AJUSTADA	VALOR
	98.844.217,63
1.703.904,61	
97.140.313,02	
42.254.756,35	
54,00	
49.832.980,58	
51,30	
47.210.192,13	
48,60	

Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSORCÍOS PÚBLICOS (*)	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (f)		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a + b)	
VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	49.666,35	0,00	30.437,52	
DESPESA COM PESSOAL	30.437,52	0,00	30.437,52	
DESPESA COM PESSOAL	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM PESSOAL	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM PESSOAL	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM PESSOAL	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM PESSOAL	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM PESSOAL	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM PESSOAL	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM PESSOAL	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	30.437,52	0,00	30.437,52	

*) Sistema Cidades. Data de emissão 13/12/2023 e hora de emissão 17:50. Valores de todos os Consórcios Públicos que executaram despesas com Pessoal, de que o ente participou como membro consorciado. Valores pagos pelo Ente, ou seja, valores efetivamente transferidos aos consórcios mediante Contrato de Rateio.

14



Assunto: **Re: IMPACTO ABONO**
De: SAAE VALTA <saaevalta@gmail.com>
Para: Finanças PMVA <financas@vargemalta.es.gov.br>
Data: 18/12/2023 13:49

- Impacto Orçam. Financ. - Concessão de Abono - SAAEE(assinado).pdf (~398 KB)

Segue em anexo Impacto Financeiro do SAAE .

Não contém vírus. www.avast.com

Em seg., 18 de dez. de 2023 às 13:35, Finanças PMVA <financas@vargemalta.es.gov.br> escreveu:

Prezados,

Considerando o Protocolo nº 7373/2023, solicitamos impacto e projeções quanto ao encaminhamento de projeto de lei que versa sobre concessão de abono.

Tendo como sugestão de lei a seguinte redação:

[...] concessão de Abono aos servidores investidos em cargos efetivos, comissionados, admitidos por contratos temporários, estagiários ou celetistas e conselheiros tutelares, que:

- I – estiveram em exercício de seus respectivos cargos, empregos ou funções públicas, no âmbito das secretarias, por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, e que estejam ativos; e
- II – não tenham se ausentado, durante o período previsto no inciso I, em razão de:
- faltas injustificadas;
 - licenças sem vencimentos;
 - cessão para órgãos externos ao Poder Executivo;
 - penalidade disciplinar prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e
 - prisão, mediante sentença transitada em julgado.

O valor da bonificação extraordinária concedida será de 500,00 (quinhentos reais).

Solicitamos as informações em caráter de urgência considerando o trâmite legal necessário para a possível aprovação da lei.

Atenciosamente,

--

Favor confirmar o recebimento deste e-mail.

Emerson Cereza Souza

Secretário Municipal de Finanças

Prefeitura Municipal de Vargem Alta/ES

Site:

www.vargemalta.es.gov.br

--
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
VARGEM ALTA - ES
Contato: (28)99930-1695



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003800300038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2004 que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SAAE – VARGEM ALTA - ES

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Em cumprimento ao disposto nos artigos 16 e 21 da Lei Complementar nº. 101/2000, e no parágrafo 1º e incisos do art. 169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias em consonância com o Plano Plurianual, emitimos o presente impacto:

FINALIDADE: Concessão de ABONO, destinados aos servidores do SAAE do Município de Vargem Alta, Estado do Espírito Santo.

Memória de Cálculo:

Receita Corrente Líquida (Últimos 12 Meses): R\$ 85.755.000,00

Número estimado de servidores beneficiados: 14 Servidores

Valor atual a ser pago a cada Servidor beneficiado: R\$ 500,00

ESTIMATIVA DE GASTOS PROVENIENTE DA CONCESSÃO DE ABONO:

Especificação	Valor Concedido	Origem dos Recursos
ABONO	R\$ 7.000,00	RCL

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PLANO PLURIANUAL

Adequada

Inadequada

A despesa objeto do presente estudo está compatível com o PPA.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Adequada

Inadequada

É compatível com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 202385.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Adequada

Inadequada

Existe Dotação Orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual para atender as despesas decorrentes do Projeto de Lei, podendo surgir à necessidade de abertura de crédito adicional suplementar para reforçar o saldo das dotações orçamentárias caso a despesa ultrapasse o limite do valor orçado.

PREVISÃO DE IMPACTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Gasto proposto com a concessão do Abono

No exercício financeiro em curso	7.000,00
Nos dois exercícios subsequentes	7.000,00
TOTAL.....:	0,00
	7.000,00

Gastos totais **projetados** para o período com a concessão do Abono R\$ 7.000,00

Receita Corrente Líquida **Arrecadada** nos últimos 12 Meses. R\$ 85.755.000,00

Percentual de gasto com a concessão do Abono no período com o projeto proposto. 0,00817%



O Impacto com a concessão do Abono sobre a Receita Corrente Líquida Arrecadada nos últimos 12 (doze) meses atingiu o percentual de 0,00817%.

Considerações e/ ou Ressalvas: O comprometimento da despesa foi calculado sob o número estimado de 14 servidores do SAAE, podendo sofrer alterações de acordo com o ingresso de novos servidores beneficiados com a concessão de Abono.

A título de informação, destaca-se que excedendo a 95% do limite disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000 terá por consequência as seguintes implicações:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III – na Esfera Municipal:

(a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

(b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Ademais, caso posteriormente seja ultrapassado o percentual permitido de 54% no Poder Executivo, as seguintes medidas deverão ser tomadas:

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se,



entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.
(Lei Complementar nº 101/2000)

Art. 169 da C.F - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Constituição Federal)

Vargem Alta, ES, 18 de dezembro de 2023.

JOSE AMERICO
SALVADOR:69678030772

Assinado digitalmente por
JOSE AMÉRICO
SALVADOR:69678030772
Data: 2023.12.18
13:44:55 -0300

José Américo Salvador
Diretor do SAAE

